

INFLEXÃO DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

Antonio Paim

Tudo indica que o ciclo da Filosofia Contemporânea vivenciado desde o último pós-guerra experimenta uma certa exaustão. Notadamente desde a última década do século passado, a filosofia ocidental estaria ingressando num novo período, embora os dados disponíveis ainda não permitam indicar quais seriam precisamente as suas características. São visíveis seus sinais no que respeita ao ambiente filosófico brasileiro, com a peculiaridade de que, na ausência de sistemas dominantes, tradições seculares ocupariam inteiramente a cena, o que dificulta uma previsão quanto a uma provável configuração futura.

No plano internacional sobressaem o fim do predomínio de sistemas filosóficos dotados de universalidade e o avanço da contra-cultura, em especial na INTERNET.

No plano nacional, o principal efeito da ausência de sistemas de projeção internacional parece ter sido a inusitada visibilidade, na esfera correspondente do ensino superior, das tradições contra-reformista e cientificista. O culto da meditação filosófica propriamente dita circunscreve-se a uns quantos núcleos dispersos. Nesse ambiente, a filosofia brasileira busca sobreviver marcando presença na INTERNET, visivelmente prejudicada pelo falecimento do prof. Miguel Reale, em 2006, de que resultou a perda, pelo Instituto Brasileiro de Filosofia, da capacidade de continuar exercendo o papel aglutinador que desempenhou ao longo de meio século. Tenha-se presente que o IBF buscou educar as novas gerações de estudiosos da filosofia no aprendizado prático da convivência das diversas correntes, na contra-mão das tradições

consagradas no país, empenhadas no estabelecimento de samba de uma nota só.

Os indícios comprobatórios do quadro antes esboçado são reunidos nesta breve nota.

Ausência de sistemas predominantes e avanço da contra-cultura

Adotamos na *História das idéias Filosóficas no Brasil* a forma encontrada, pela historiografia filosófica, para estabelecer uma clara distinção entre Filosofia Moderna e Filosofia Contemporânea. Nesta, o eixo principal de desenvolvimento é impulsionado pelo propósito de superação do positivismo. Basicamente, consistia em restaurar a inquirição metafísica, abolida por essa corrente.

O propósito em causa foi alcançado, plenamente, entre a década de oitenta do século XIX e a época da primeira guerra mundial. Naquela altura, o neokantismo tornara-se a principal corrente filosófica na Alemanha, estimulando o surgimento de duas outras vertentes que iriam ajudá-la a restaurar o pensamento filosófico em sua plenitude, isto é, não confinado apenas a esse ou aquele país, mas abrangendo as diversas nações do Ocidente. Temos em vista a fenomenologia e o existencialismo. O quadro se completa com a vivacidade e abertura de espírito reveladas pelo empenho dos católicos em restaurar o tomismo, escoimando-o do precedente empenho dogmático e repetitivo. Tal era o quadro vigente nas décadas subseqüentes à Segunda Guerra.

Tratava-se contudo, num ou noutro dos países, do predomínio de um ou outro dos sistemas apontados. A esse tempo, pensadores dos mais representativos já se tinham dado conta de que a perenidade da filosofia era assegurada não pelos sistemas mas pelos problemas que inevitavelmente

suscitavam. Para dizê-lo na palavra de um dos mais eminentes historiadores da filosofia da época: Rodolfo Mondolfo (1877/1976) na obra tornada clássica que intitulou de *Problemas e métodos de investigação em historia da filosofia* (1949):

“Como sistema é evidente que o pensamento filosófico, apesar de sua pretensão, sempre asseverada, de uma contemplação **sub specie aeterni**, não consegue na realidade afirmar-se senão **sub specie temporis**, isto é, vinculado necessariamente com a fase de desenvolvimento espiritual própria de sua época e de seu autor, destinado a ser superado por outras épocas e outros autores sucessivos. Ao contrário, no aspecto dos problemas que coloca, ainda que subordinado sempre ao tempo de sua geração e desenvolvimento progressivo, o pensamento filosófico mostra-se não obstante como uma realização gradual de um processo eterno. Os sistemas, com efeito, passam e caem; mas sempre ficam os problemas colocados, como conquistas da consciência filosófica, conquistas imorredouras apesar da variedade de soluções que se intentam e das próprias formas em que são colocados, porque esta variação representa o aprofundamento progressivo da consciência filosófica.”

Se considerarmos as décadas mais recentes, parece evidente que a filosofia experimenta um novo ciclo, representado, como os precedentes, pelo fim do domínio dos sistemas dominantes. As últimas décadas do século XX e primeiras do novo milênio marcariam, assim, o término do ciclo configurado pela Filosofia Contemporânea (existência de filosofias nacionais que ganhavam projeção mundial, sendo a diferente preferência por uma das correntes dominantes explicável pela preferência da nação respectiva por determinado problema).

A distinção que se poderia estabelecer consiste em que tenhamos adquirido a compreensão de que as filosofias nacionais distinguem-se umas das outras justamente pela preferência (histórica) que atribuem a determinados problemas. No que respeita ao Brasil, na ausência de sistemas catalisadores, o mais provável seria que viessem a sobressair os eixos tradicionais, com maior destaque para as vertentes que orbitam em torno das nossas tradições culturais mais arraigadas, quais sejam, o contra-reformismo e o cientificismo. Como indicaremos, dispomos de indícios eloqüentes que corroboram essa hipótese. A inquirição sobre a pessoa humana, onde a filosofia brasileira revelou-se mais criativa, parece amortecida embora não se deva descartar a possibilidade de que, a médio prazo, venha a dar o ar de sua graça.

No quadro internacional o que sobressai é o avanço da contra-cultura. No que respeita à filosofia, dada a influência que exerce entre nós a filosofia francesa, cumpre termos presente que assumiu-se abertamente como demolidora da cultura ocidental, embora não se saiba ao certo o que colocaria no lugar, já que o prenúncio é de um simples vazio.

O papel assumido pela filosofia francesa vem de ser caracterizado por Guillaume le Blanc (nascido em 1966). Professor de universidade em Bordeaux, ocupa a cátedra Foucault no College de France. Trata-se de figura popular nos meios universitários brasileiros, a julgar pelo fato de que acham-se disponibilizados na INTERNET a gravação de 13 de seus cursos no College de France.

Vem de publicar *La philosophie comme contre-culture. Philosophie française contemporaine*. Paris, PUF, 2014.

Entende que a filosofia é crítica por definição. De Sócrates a nossos dias, não cessa de colocar à prova as nossas idéias. É recentemente, de modo singular na França, que se torna voluntariamente contestação, revolução, transgressão, dito de outra forma, **contra-cultura**, em luta ativa

contra a dominação sob todas as formas. Desejoso de tornar-se o arauto desse combate, esboça uma vibrante defesa e ilustração desta contra-cultura filosófica sob as diferentes formas de gênero, da razão econômica, do ethos democrático, da via “não-fascista”, apoiando-se sobretudo em Judith Butler, Foucault, Derrida e Deleuze. Depois dessa época, a mudança do papel da filosofia é inevitável, pretendendo para tanto dar a sua contribuição.

No livro que publicou em 2012, com o título de *A civilização do espetáculo* (tradução brasileira Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2013), Vargas Llosa considera que os meios de comunicação colocam em lugar da cultura o empenho de reduzir-se progressivamente a alimentar as paixões baixas do comum dos mortais. Ao mesmo tempo, repetem exaustivamente que o importante é dispor da informação instantânea. Justamente esta tem passado a ser a característica de nosso tempo. Enquanto a obra de cultura que erigimos no passado pretendeu construir algo a ser preservado no tempo, a INTERNET de nossa época cuida de tudo reduzir a fenômenos instantâneos.

Correntes de filosofia e tradições culturais

A documentação reunida sobre a evolução do pensamento filosófico brasileiro --de que considero ter dado conta na *História das idéias filosóficas no Brasil* e nos sete volumes de *Estudos complementares*-- permite concluir que nos seus diversos momentos históricos por aqui repercutem as principais correntes européias mas somente umas poucas deitam raízes. Como explicar a circunstância?

Louvei-me da hipótese de que somente deitaram raízes aquelas que se afeiçoaram a tradições culturais que se formaram a partir do século XVIII.

Para a cultura portuguesa, da qual fazemos parte e à época considerada dela não nos distinguíamos, o século XVIII, de um lado, marca a derrota do empreendimento açucareiro que nos colocava na rota que conduziu à Revolução Industrial. Ficamos com os valores que nos foram impostos pela Contra Reforma: o ódio ao lucro e à riqueza. Em termos práticos, opção pela pobreza.

De outro lado, especialmente na segunda metade, graças ao Marquês de Pombal, abrimos as portas ao que a Época Moderna trazia de novo e até então obstinadamente recusado: a física newtoniana. Mas o fizemos de uma forma limitadora dos seus efeitos, graças ao que se chamou de cientificismo.

Falando em nome da ciência moderna, o cientificismo nega o essencial de seu espírito, que consiste no anti-dogmatismo, nutrido pelo que Karl Popper (1902/1994) iria denominar como sendo típico de sua feição: a dependência da **conjectura** (formulação da hipótese, para dizê-lo de outra forma), seguida da aceitação de que os resultados obtidos acham-se sujeitos à **refutação**.

Pombal impôs pela força a incorporação da física newtoniana, não recuando nesse propósito nem mesmo diante do radical enfrentamento da então poderosa Ordem dos Jesuítas. Mas entendeu que se tratava de um tipo de saber **pronto e acabado**. Incumbia tão somente incorporá-lo.

Lançadas assim as bases dessas duas componentes fundamentais da cultura, a valoração fundada no ódio ao lucro e à riqueza e na idéia de ciência pronta e acabada, a partir do século XIX, quando nos tornamos independentes, emergiriam formas poderosas de enraizá-las, tornando-as perenes e, porque não dizê-lo, praticamente insuperáveis.

No primeiro caso, através da pregação incessante da Igreja Católica do princípio de que seria mais fácil a passagem de um calabre (cabo de certa

espessura usado em embarcações) pelo fundo de uma agulha do que ocorrer a entrada do rico nos reinos dos céus.

E, no segundo, pelo enraizamento da mencionada noção de ciência, desde os tempos da Real Academia Militar, entendimento que se perpetuaria com a ascensão do positivismo, sob a República, do mesmo modo que a sua simbiose com o marxismo, a famosa versão positivista do marxismo que seria a nossa marca distintiva. Sem embargo da vertente cientificista da versão brasileira do marxismo, sua presença assinala-se, sobretudo, pelo reforço à tradição contra-reformista, ao direcioná-la contra o capitalismo.

No século XIX dá-se ainda a emergência da tradição liberal, que não deve ser entendida como limitando-se à doutrina política. Esta esbarraria com uma outra tradição herdada de Portugal, que lhe é limitadora e a tem impedido de florescer plenamente. Temos em vista o patrimonialismo. Contudo, tem uma outra parcela que poderia ser agrupada sob a denominação de **educação liberal**, à qual incumbe, justamente, opor-se e tratar de derrotar, no plano cultural, as tradições contra-reformista e cientificista.

Vejamos, como o término do predomínio dos sistemas filosóficos, emergentes no Período Contemporâneo, reflete-se no panorama filosófico brasileiro destas últimas décadas.

O contra-reformismo recalcitrante

Os cursos de filosofia, formalmente destinados a diplomar professores da disciplina --no período considerado reintroduzido no ensino médio-- mantêm a média da fase anterior: em 2011 eram em número de 67, com

6.323 alunos matriculados e conclusões anuais de 1087. A expansão deu-se nos cursos de pós-graduação que em 2014 ascendiam a 43.

Em grande número desses cursos, o mais visível consiste no renascimento da propaganda marxista, como se no início dos anos noventa tivéssemos assistido não ao fim do comunismo mas ao prenúncio do fim do capitalismo. Como escrevem Armando Boito (professor da UNICAMP) e Luiz Edmundo Motta (professor da UFRJ) “na segunda metade da década de noventa, o modelo capitalista neoliberal começou a apresentar fortes sinais de desgaste”. Na verdade, contudo, tratava-se da simples evidência de quão arraigada é a tradição contra reformista em nosso meio (ódio ao lucro e à riqueza que se expressa na obstinada recusa do capitalismo).

São ainda os mencionados docentes que enumeram os feitos a seguir.

Em 1988, comemorou-se amplamente os 150 anos do Manifesto Comunista e, logo a seguir, em 2001, os 130 anos da Comuna de Paris de 1871. Em decorrência dessas iniciativas foram criados Centros de Estudos Marxistas (CEMARX) na Universidade Estadual de Campinas (1996), seguindo-se na Universidade Federal Fluminense, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em algumas outras. Coube às novas instituições realizar, em 1999, na UNICAMP, o I Congresso Internacional Marx e Engels. Logo esse trabalho desdobrou-se em encontros de pesquisadores marxistas na área de educação. Não tendo cabimento que ficasse de fora, a USP promoveu o Colóquio Marx e Engels. Dizem os autores que estamos seguindo: “esses e outros encontros reúnem, se somados, milhares de pesquisadores, anual ou bianualmente.”

Por fim, mais essa indicação: “Nesses últimos 15 anos de revitalização do marxismo no Brasil, foram publicados aproximadamente trinta livros que trataram diretamente da obra de Marx, em grande parte resultados de

pesquisas universitárias, e, em destaque, oriundos das faculdades de filosofia.”

O balanço em causa data de 2010, disponibilizado na INTERNET com a indicação de que a versão em inglês se publicou na revista *Socialism and Democracy*. A versão em português intitula-se “Karl Marx no Brasil”.

A vertente considerada domina a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), que dispõe de amplo apoio das instituições oficiais, notadamente a CAPES. Criada em 1983, realiza desde então congressos bi-anuais. Assim, para o ano de 2014, convoca-se o XVI Encontro Nacional de Filosofia. Em média, nesses encontros são apresentados dois mil trabalhos. Como o domínio marxista compreende a recusa da coexistência de múltiplos pontos de vista --que deveria ser a característica dominante da inquirição de natureza filosófica-- os núcleos de outra índole são pouco numerosos e não alcançam maior visibilidade, como teremos oportunidade de referir.

Nessa matéria, o fato novo corresponde à amplitude com que editoras e instituições afins mobilizam-se para oferecer alternativas teóricas a essa profusão do que há de típico no marxismo brasileiro, isto é, tratar-se de uma versão positivista, primando por reduzi-lo à mais grosseira simplificação de algumas de suas teses centrais, como se não tivessem sido refutadas pelo próprio processo histórico, a começar do reconhecimento da experiência soviética como a Grande Mentira, para usar o enunciado devido a Leszek Kolakowski (1927/2009). Um único exemplo comprobatório da pertinência da caracterização. Ainda nos tempos de Gorbachov (segunda metade dos anos oitenta), ficou-se sabendo que metade da população soviética vivia na faixa da pobreza. A par disto, que o país não dispunha de nenhum sistema de seguridade. A salvação viria, com o fim do regime comunista, pela mão da renascida Igreja Ortodoxa, que iria incumbir-se de organizar a assistência social.

Em 2011, passamos a dispor de uma edição primorosa da tese que explica a peculiaridade da versão brasileira do marxismo, a cargo do Senado Federal: *A formação do capital e seu desenvolvimento*, de Leônidas de Resende (1889/1950), apresentação de Antonio Paim. Elaborada para concorrer a cátedra da Faculdade Nacional de Direito, em 1932, efetiva amplo confronto entre Marx e Comte (a presente edição tem 666 páginas) para comprovar que, tendo vivido na mesma época tinham as mesmas idéias e uma única diferença: o primeiro era revolucionário e o segundo reformista. Tenha-se presente que o positivismo de Comte tornara-se uma espécie de filosofia oficial da República brasileira. A comprovação de que passou a nutrir a vertente brasileira do marxismo é efetivada neste livro.

Complementada por João Cruz Costa (1904/1978) --a quem coube a tarefa de organizar o Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP)--, passou a dispor de tribuna privilegiada de difusão, assegurando a primazia daquela versão de índole positivista, no entendimento do marxismo, que passou a vigorar no país.

Sediada em São Paulo, a Editora É Realizações assumiu a responsabilidade de colocar à disposição, dos eventuais interessados, livros de filósofos que evidenciam --como sempre insistiu o saudoso Miguel Reale-- o caráter plural da filosofia, ao contrário da unanimidade (mesmo compulsória) buscada pelo nosso marxismo positivista. A par disto, dá uma grande contribuição à preservação da cultura clássica.

O catálogo dessa editora reúne hoje grande número de títulos, agrupados em diversas coleções.

Sem pretender referi-los exaustivamente, destacaríamos a presença de importantes filósofos e estudiosos contemporâneos, a exemplo de Charles Taylor, Louis Lavelle, Xavier Zubiri, Thomas Sowell, Gertrude

Himmerfarb, Eric Voeglin, Eric Weil e Michele Frederico Sciacca, entre outros.

Em matéria de cultura clássica editou a obra de Mortimer Adler (1902/2001) que, entre outros títulos, figura entre os inspiradores da famosa coleção Great Books, da Britânica.

É Realizações prestigia autores brasileiros como José Guilherme Merquior, Gilberto Freyre, Vicente Ferreira da Silva e Olavo de Carvalho.

Duas outras editoras vêm igualmente contribuindo no sentido e reduzir os efeitos do patrulhamento ideológico estabelecido pela área de humanidades de diversas universidades: Vide Editorial, de Campinas, São Paulo, e Resistência Cultural, de São Luís, Maranhão.

A Vide Editorial inclui em seu catálogo uma interessante coleção do pensador Peter Kreeff que encontrou uma forma original de difusão de textos filosóficos, imaginando que Sócrates dialoga com os principais deles. Apareceram aqueles em que o diálogo se dá com Marx, Sartre, Maquiavel, Kant, Hume e Descartes.

Editou textos fundamentais da Escola Austríaca de Economia, a saber, de Ludwig Von Mises: *A mentalidade capitalista e Caminho da Servidão*; e, de Eugene von Bohm-Bowerk: *Teoria da exploração socialismo-comunismo*; textos filosóficos de Olavo de Carvalho (*Aristóteles em nova perspectiva* e *A filosofia e seu inverso*); e *Marxismo e descendência*, de Antonio Paim.

A Resistência Cultural, a par de secundar o empenho de manter viva no país a chama do pluralismo, desenvolve notável trabalho de superar o isolamento cultural existente entre estados e regiões, tendo se disposto a organizar a difusão de livros editados no Sudoeste, que atendam ao propósito de preservar o legado liberal. Neste sentido, organizou uma biblioteca de obras dessa índole, com base em doações.

A Resistência Cultural patrocina o funcionamento do Instituto Liberal do Nordeste que, entre outras atividades, realiza as Semanas da Liberdade, alternativamente, em capitais do Norte e Nordeste.

Dando início ao programa editorial, lançou uma coletânea de textos de Roberto Campos, organizados por Aristóteles Drumond, com o título de *O homem mais lúcido do Brasil*.

Tem programada a edição da obra completa de João Camilo de Oliveira Torres (1915/1973).

A sobrevivência do cientificismo

O cientificismo corresponde a uma tradição cultural tão antiga quanto o contra-reformismo porquanto é cultuado desde os tempos de Pombal. Acabou impondo-se à sociologia brasileira, em que pese, nessa matéria, tenhamos produzido notável grupo de pensadores independentes, a exemplo de Silvio Romero, Oliveira Viana, e, em nossos dias, a obra criativa de Roberto da Matta.

No período recente, basicamente, nutre-se da tradição sociológica francesa que, pela mão de Emile Durkheim (1858/1917), atribui à sociologia a função de contribuir para a instauração do socialismo, enquanto equipara o fato social ao fato natural. Ao privá-lo do valor, retira-lhe toda especificidade, como se pode evidenciar dos que deram continuidade a tais ensinamentos e criaram autêntica tradição durkheimiana.

Ademais, no período considerado, tivemos uma herança pesada. O endurecimento dos governos militares levou à mais brutal perseguição de numerosos intelectuais. Em diversas universidades, foram criadas comissões de inquérito, integradas por militares. O resultado não poderia ser mais desastroso. Sobretudo no ciclo de vigência do AI5, quando o

empenho consistia em eliminar toda e qualquer oposição, cometeram-se toda sorte de arbitrariedades, difíceis de serem sanadas quando a alta hierarquia do Exército impôs o que passou à história como abertura (demasiado) “lenta e gradual.”

Do combate às idéias pela força resultou sobretudo que professores que não tinham méritos para sobressair, vítimas de perseguição, tornaram-se mártires. Aqueles que teriam condições de derrotá-los no plano ideológico sentiram-se inibidos, porquanto não concordavam com a perseguição política de que estavam sendo vítimas. E assim, a emenda ficou pior que o soneto.

Exemplo edificante do imbróglio criado é a notoriedade alcançada pela profa. Maria Yeda Linhares (1921/2011), professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da UFRJ, resultante do desmembramento dos cursos mantidos pela Faculdade Nacional de Filosofia, determinado pela reforma universitária de 1968. Presa, processada e demitida em decorrência do AI5, mais tarde viria a alcançar notoriedade inusitada, sem dispor de obra que justificasse tais deferências. Com a anistia decretada pelo último governo militar, foi readmitida.

Ainda no governo Geisel, passou a dirigir grupo de estudos da Fundação Getúlio Vargas destinado a reconstituir a história da agricultura brasileira. Desse trabalho resultaria, na UFRJ, a criação em 1977 do CPDA (Ciências Sociais em Desenvolvimento da Agricultura) que viria a tornar-se o principal centro irradiador da hostilidade ao agronegócio, dispondo de ampla cobertura internacional. Como curso de pós-graduação, iria constituir uma ampla rede integrada por diversas universidades, dispondo da possibilidade de assegurar bolsas de estudo tanto no país como no exterior.

Pessoalmente, Maria Yeda Linhares tornou-se professora emérita da UFRJ, mereceu homenagem patrocinada pelo CNPq. Ao completar 80

anos, em 2001, a FAPERJ incumbiu-se de organizar publicação em sua homenagem.

Em vão procurar-se-á em sua bibliografia o que explicaria tal notoriedade. Consta dois livros, um como organizadora (*História geral do Brasil*, Editora Campus, 1980) e outro em parceria com Francisco C.T. da Silva (*História da Agricultura Brasileira*, Ed. Civilização Brasileira, 1981).

Dispomos de amplo quadro do desenvolvimento alcançado pelos cursos universitários dedicados às ciências sociais, devido ao prof. Enno d. Liedke Filho, do curso de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), publicado na revista *Sociologia* (Porto Alegre, ano 7 n° 14; julho/dezembro, 2005).

Em 2002, achavam-se em funcionamento, nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, 51 cursos de pós-graduação, com um corpo docente de 901 professores em sua quase totalidade dispendo de doutorado, e possuindo um total de 1.742 alunos de mestrado e 1.476 de doutorado. A julgar pelos dados disponibilizados pela USP, em torno da metade desses alunos são absorvidos pelas próprias instituições gestoras dos cursos, destinando-se os demais para outras universidades.

O levantamento do professor gaúcho refere que uma das questões a que deve dar conta essa proliferação de cursos refere-se à própria utilidade da sociologia. Enumerando as respostas, vê-se que o entendimento predominante diz respeito à orientação de determinada atuação política. Senão vejamos: identificação dos instrumentos de dominação racial e de dominação de fração de classe; disciplina auxiliar do que denomina “progressismo pedagógico” (que se pode perfeitamente imaginar o que seja, no ambiente considerado); instrumento de modernização societária; instrumento de libertação nacional; elemento de apoio aos espaços de democratização da sociedade brasileira.

Levando em conta que núcleos constituídos nas principais universidades tornaram-se a fonte do mais aguerrido combate ao agronegócio, fica claro o que entendem por “modernização societária.” O desenvolvimento experimentado pela agricultura brasileira nas últimas décadas, levando-a a figurar entre as maiores fornecedoras de alimentos do mundo, corresponde a um tipo de modernização (capitalista) que recusam liminarmente. O patrulhamento ideológico que se instaurou nos mencionados centros universitários, por sua vez, demonstra o que entendem por “democratização”.

Ainda segundo o estudo em apreço, a principal influência é francesa, com destaque para Pierre Bourdieu (1930/2002). Tive oportunidade de examinar amplamente suas teses no livro *Marxismo e descendência* (Vide Editorial, 2009, págs. 382/385). Apontarei brevemente tais considerações, para termos presente o grau de simplificação a que se resume o seu entendimento da vida social.

A representatividade desse autor é demonstrada pelo fato de que, como professor da École Normale Supérieure alcançou notoriedade suficiente para ganhar uma cadeira no Collège de France. Em 1993, foi homenageado com a Medalha de Ouro do Centre National de la Recherche Cientifique (CNRS).

Seguindo o exemplo de Durkheim, ao criar o *L'Année Sociologique* como meio de organizar uma rede internacional difusora de sua sociologia, Bourdieu editou a publicação periódica *Actes de la recherche em sciences sociales*, ao que tudo indica (à luz do exemplo brasileiro) com pleno sucesso.

Em sua numerosa bibliografia estudou detidamente o que denominou de “reprodução das classes sociais” e de “formas do capital”. A este último desagregou em capital econômico (detém o controle dos recursos econômicos); capital social (relações de grupos, redes de influência);

capital cultural (conhecimento; educação, entendendo que a escola é um instrumento de preservação de privilégios e sua reprodução), e finalmente, capital simbólico (prestígio, honrarias) A partir desse tipo de análise, estruturou a difusão da tese de que o capitalismo engendraria uma teia diabólica, exigindo contrapor-lhe um “savoir engagé”. Empenhou-se decididamente, desde os anos oitenta, em tornar-se um dos principais artífices da luta contra as elites políticas e o capitalismo “neoliberal”, ao qual atribui todos os males do mundo.

Bourdieu chegou a um exagero tal na demonização da vida social, por esse monstro chamado globalização capitalista (neoliberal), que afirma que basta ler os relatórios da Organização Mundial do Comércio (OMC) para conhecer a política educacional que teremos em cinco anos. “O ministro da educação nacional, escreve, somente reproduz as diretrizes elaboradas pelos juristas, sociólogos, economistas que, uma vez formuladas, são postas em circulação”. O intelectual engajado pode mudar esse quadro.

Como se não dispusesse de toda a liberdade para expressar a convicção de que vivemos num clima de opressão sob o capitalismo que compara literalmente o Estado Liberal de Direito ao Estado Totalitário, de que os soviéticos nos deram uma amostra.

À pessoa não intoxicada por esse tipo de pregação, a catilinária de Bourdieu parecerá algo de alucinatório. Como explicar que a sociologia ensinada na universidade brasileira se haja ajustado a esse tipo de pregação se não tivermos em conta a crença arraigada numa ciência social fornecedora de um saber equivalente ao conhecimento difundido pelas ciências exatas?

**Sobrevivência de apropriada
meditação filosófica**

Nos dois séculos de vida independente como país, no ensino superior brasileiro formaram-se importantes centros de investigação científica, primeiro nas Escolas Politécnicas bem como nas Faculdades de Direito e Medicina, núcleos estes que foram abrigados por universidades, quando finalmente se constituíram, ou em estabelecimentos estruturados para funcionar isoladamente. Tais centros não poderiam sobreviver apoiando-se no conceito oitocentista de ciência, sustentado pelo positivismo e pela versão marxista que a este se fundiu. A busca de familiaridade com o conceito de ciência que se forma a partir de fins do século XIX e começos do seguinte seria buscada, desde o seu surgimento, pelas Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e de São Paulo. O próprio movimento em prol da Universidade seria devido a esse grupo, do mesmo modo que a organização da Academia Brasileira de Ciências, fundada em 1916.

O cerne da questão reside no adequado entendimento da relação entre desenvolvimento tecnológico e pesquisa científica. Os estudiosos da história da ciência assinalam que embora a investigação científica possa conduzir --e tenha conduzido-- a aplicações de ordem tecnológica, sempre que estas são colocadas como seu objetivo primordial a ciência entra em declínio. Portanto, a realização da aspiração magna das gerações que vivenciaram os desdobramentos da Revolução de 30 --que consistia na realização de nossa revolução industrial-- pressupunha a superação da idéia de que a ciência achava-se pronta e conclusa, o que nos privava de participar do seu incessante desenvolvimento, motor do progresso material das nações líderes do Ocidente.

Exemplo edificante da promissora relação existente entre pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico encontra-se no que tem sido denominado de “modelo de desenvolvimento tecnológico da Aeronáutica”. Tivemos oportunidade de proceder a uma ampla caracterização dessa

experiência, no estudo que leva essa denominação e pode ser acessado no site www.institutodehumanidades.com.br/OBRAS, razão pela qual vou aqui limitar-me a assinalar o essencial.

É certo que o impulso básico provinha da compreensão da necessidade de modernização de nossas Forças Armadas. No documento que se encontra à base da Revolução de 30 --**Plataforma da Aliança Liberal**, divulgada a 2 de janeiro de 1930-- assinala-se a necessidade de “desenvolver-se entre nós a indústria militar (assinalando-se que sobretudo no que se refere à artilharia e à aviação) libertando-nos, tanto quanto possível, dos mercados estrangeiros na compra de material bélico.” O propósito de implantar indústria siderúrgica é relacionado diretamente a essa necessidade.

O notável é que, na criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) se haja começado por desenvolver a pesquisa científica. Desejava-se criar quadros capazes de estar a par do desenvolvimento da pesquisa nos grandes centros, em especial dos Estados Unidos.

Criado em 1945, toma por modelo o famoso Technological Institute of Technology (MIT) de Massachusetts. Seu primeiro reitor seria o prof. Richard M. Smith, do Corpo Docente daquele Instituto, que se incumbiu diretamente de sua implantação, de 1946 a 1949. Depois dessa data, continuou exercendo as funções de consultor. Nessa última condição, escreveria no relatório que elaborou em 1952: “A capacidade de pesquisa em uma nação depende mais dos pesquisadores com que conta do que dos meios e facilidades para pesquisa. Especialmente no campo da pesquisa pura, bons pesquisadores, livres de burocracia, alcançam bons resultados com orçamentos reduzidos e modestos recursos de laboratório.”

Cumprido, pois, na consideração do sucesso da EMBRAER, ter presente o modelo que lhe deu origem.

O ITA proporcionou um modelo que se revelou como uma forma criativa de incorporar à nossa meditação um importante segmento da filosofia ocidental, modelo esse que, pelos indícios de que se dispõe, tem sobrevivido.

A par das disciplinas diretamente relacionadas à engenharia, com destaque para a engenharia aeronáutica, o ITA passou a dispor de Departamento de Humanidades, contando com duas cadeiras: lógica matemática e filosofia da ciência. Implantou-as Leônidas Hegenberg (1925/2012) que, além de preparar o material didático requerido, popularizou no país a obra dos principais estudiosos contemporâneos das duas disciplinas. (1)

Preservado no ITA, o modelo em apreço veio a ser adotado em outros centros, a exemplo do que adiante se refere.

Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o prof. Francisco Caruso (nascido em 1959) -- do Instituto de Física da UERJ e editor da revista *Ciência Hoje*--ocupa-se da disciplina **Aspectos epistemológicos e históricos do espaço físico**. Paralelamente, desenvolve atividade sistemática de vulgarização científica. Pertence à Academia Brasileira de Filosofia.

Iniciativa análoga, desta vez na Universidade Federal do Paraná, confirma a hipótese difundida pela profa. Creusa Capalbo, segundo a qual a fenomenologia não deveria ser entendida como um sistema mas como método destinado a ocupar-se da fundamentação (filosófica) das ciências humanas. Temos em vista o trabalho desenvolvido, na citada Universidade, pelo prof. Adriano Furtado Holanda, no Departamento de Psicologia, a que pertence. Doutor em psicologia pela PUC de Campinas (2002), a simples menção de alguns de seus livros indica a natureza da atividade acadêmica que desenvolve: *O campo das psicoterapias. Reflexões* (2012); *Gestalt-*

terapia e contemporaneidade (2005); *Fenomenologia e humanismo. Reflexões* (2004); *Psicologia, religiosidade e fenomenologia* (2004)

Ao que parece, a forma indicada de aproximar-se da filosofia da ciência parece ser o modo apropriado de enraizá-la e permitir que prospere, vindo a ocupar-se de temática que não se limite a dar conta do que faz o centro correspondente da London School of Economics. Este é parte de uma tradição filosófica secular, consistindo numa autêntica filosofia nacional e não se acha fadado a desaparecer em seu próprio país de origem mas apenas como um sistema a ser imitado e copiado por outras nações..

A maneira como se estruturou o sistema de ensino da filosofia em nossas universidades, atribuindo-lhe a exclusiva função de formar professores da disciplina, condena os estudiosos dessa ou daquela disciplina a não deixar herdeiros. A filosofia deveria ser ensinada a todos que ingressam nesse nível de ensino e teria que ser adaptada ao desempenho da nova função. A insistência no modelo atual a condena a tornar-se instrumento de grupos políticos (ou religiosos), caudatários das tradições culturais arraigadas. Para a formação de especialistas a pós-graduação teria que reduzir-se a uns poucos institutos de pesquisa, onde as pessoas vocacionadas para esse mister pudessem ser devidamente aproveitadas.

Experiências de preservação da filosofia brasileira

A filosofia brasileira, para criar “elos e derivações” --se quisermos usar a expressão consagrada pelo prof. Miguel Reale-- não precisou que o país dispusesse de universidades. Ao longo de nossa história como país independente mentes criativas defrontaram-se com problemas concretos que exigiam ser considerados do ângulo filosófico. Progressivamente

alguns temas teóricos acabaram impondo-se. A começar da pergunta pela natureza da pessoa humana mas também o problema de identificar seu papel em face do prestígio crescente e da vocação imperialista da ciência. Como aproximar-se dessas categorias de forma a dar-se conta de suas peculiaridades essenciais? Nessa inquirição, a filosofia brasileira produziu textos admiráveis. Nessa matéria, o grande mérito do prof. Reale consiste em ter-nos facultado um método capaz de superar as antigas preocupações com originalidade e outros aspectos, na matéria, de fato irrelevantes. E, por essa via, documentar a reconstituição de tal trajetória.

A tarefa que se colocava para a geração que nos substituiu consistia em preservar as conquistas alcançadas, como condição primordial de seu ulterior desenvolvimento. Ter-se-ia de fazê-lo mesmo diante da circunstância de que, na medida em que se consolidava no país a universidade limitada à profissionalização, menores as possibilidades de, em seu seio, prosperar atividades relacionadas à cultura geral. Esta, ainda que figure entre as funções do sistema de ensino, é completamente ignorada.

As experiências que parecem mais afeiçoadas ao nosso tempo consistem naquelas que repousam na utilização dos meios de comunicação que emergiram e passaram a ser dominantes em nosso tempo. Temos em vista a difusão mediante o recurso à computação.

O Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), estruturado como uma biblioteca detentora do acervo disponível de livros e publicações periódicas, relacionadas à filosofia, ao pensamento político, à sociologia e à antropologia, organizou um site destinado a torná-los acessíveis na INTERNET. O projeto consiste em digitalizar todos os estudos realizados no período recente, sob a ótica do método que aplicamos na elaboração da *História das Idéias Filosóficas no Brasil*”, bem como textos de autores relevantes.

Presentemente, no site em apreço -- www.cdpb.org.br -- a matéria disponibilizada acha-se estruturado desta forma:

ESTUDOS DESTACADOS

BIBLIOGRAFIAS E ESTUDOS CRÍTICOS

DICIONÁRIO BIO-BIBLIOGRÁFICO

ÍNDICE DE REVISTAS

LEITURA BÁSICA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Os ESTUDOS DESTACADOS abrigam os estudos dedicados à filosofia brasileira no período recente bem como a obra de autores de destaque, subdivididas assim:

Obras gerais sobre o pensamento brasileiro (16 títulos)

Silvestre Pinheiro Ferreira (3 títulos)

Tradicionalismo (6 títulos)

A meditação ética brasileira (3 títulos)

Escola Eclética (6 títulos)

Escola do Recife (7 títulos, entre estes os *Estudos de filosofia*, de Tobias Barreto

e os *Ensaio de crítica* de Artur Orlando)

Farias Brito; reação espiritualista e correntes afins (2 títulos)

Movimento fenomenológico e existencial; Culturalismo (8 títulos)

Estética; Filosofia do Direito, da Educação e diversos (8 títulos)

Pensamento político (10 títulos)

Lógica e filosofia da ciência (4 títulos)

TOTAL: 73 títulos

BIBLIOGRAFIAS E ESTUDOS CRÍTICOS. Além das biografias e bibliografias, reúne estudos dispersos, de difícil acesso, sobre pensadores destacados. Até o presente acham-se acessíveis: Jackson de Figueiredo; Ubiratan Borges de Macedo; Leonel Franca; Antonio Carlos Vilaça; Ivan Lins; Roque Spencer Maciel de Barros; Silvestre Pinheiro Ferreira; Sílvio Romero; Miguel Reale; Tobias Barreto; Djacir Menezes e Alceu Amoroso Lima. Insere ainda a Bibliografia Filosófica Brasileira (1808/1985).

DICIONÁRIO BIO-BIBLIOGRÁFICO contém verbetes de cerca de 400 autores brasileiros de obras de filosofia; pensamento político; sociologia e antropologia.

ÍNDICE DE REVISTAS. Acha-se digitalizado o *Índice da Revista Brasileira de Filosofia* (1945/2000) e estudo sobre a Revista *Convivium*, da autoria de Ronaldo Polletti.

LEITURA BÁSICA (antologias) de História do Brasil, destinada a preservar parte do notável acervo da historiografia nacional (20 livros)

O trabalho desenvolvido pelo CDPB tem sido secundado por outras iniciativas. Entre estas, destacaria as que têm sido patrocinadas por Ricardo Vélez Rodriguez.

Ao tempo em que pertencia ao Corpo Docente da Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais) experimentou o patulhamento da CAPES ao promover o descredenciamento do Curso de Pós Graduação em Filosofia Brasileira, em que pese tenha sido uma iniciativa muito bem sucedida, contando com grande acolhimento de parte da intelectualidade local, já que não se limitava a aceitar alunos oriundos da filosofia mas

figuras representativas daquele grupo social, notadamente médicos e engenheiros.

Diante desse desfecho, Vélez passou a ocupar-se da disciplina para a qual, desde então, fora designado pelo Departamento de Filosofia. É interessante destacar que a retomada daquele empreendimento caberia a alunos da Universidade, nem todos provindos do curso de filosofia. Tal se deu uma década depois da mencionada extinção do estudo da filosofia brasileira na UFJF. Sua disposição era a de organizar o estudo da filosofia brasileira de forma independente do Departamento, inicialmente designado como Núcleo de Estudos. A formalização deu-se em 2003.

O mérito de iniciativas desse tipo advém do fato de que o estudo autônomo da filosofia brasileira livra-a dos humores dos responsáveis pela disciplina Filosofia Contemporânea --onde, segundo o programa oficial, figura a Filosofia Brasileira-- nem sempre dispostos a atuar segundo o espírito acadêmico, preferindo a linha do proselitismo.

A atividade básica desenvolvida pelo Núcleo de Estudos correspondeu à efetivação de seminários. A par disto, editou revista (impresa e eletrônica) destinada a divulgar o trabalho realizado. Promoveu ainda Colóquio de Pesquisadores da Filosofia Brasileira em Minas Gerais (2006); Semana de Estudos sobre os duzentos anos da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (2008); participação dos integrantes do Núcleo de Estudos no Colóquio em Homenagem a Miguel Reale, realizado em 2009, em Lisboa, pelo Instituto de Filosofia Luso-Brasileira; análise dos escritos de Silvestre Pinheiro Ferreira e estudo da concepção ética em autores luso-brasileiros no decorrer do século XIX.

Por iniciativa dos alunos, o Núcleo de Estudos ampliou o escopo de suas atividades para abranger pensadores espanhóis e ibero-americanos. A extensão tornou-se possível à vista de que Ricardo Vélez é especialista na matéria.

Sem embargo dessa extensão, fornece um modelo interessante de sobrevivência do estudo da filosofia brasileira na Universidade, independentemente do que pensem eventuais responsáveis pela disciplina Filosofia Contemporânea. Nesta suposição, vamos concentrar-nos no detalhamento dos seminários, forma principal e permanente de funcionamento do Núcleo de Estudos.

Para fazer-se uma idéia dos estudos desenvolvidos na matéria, o Núcleo de Estudos adotou como fonte o ordenamento produzido por José Maurício de Carvalho, acessível no site do CDPB. O material de que se trata acha-se subdividido em cinco partes, a saber: I-Principais autores plenamente estudados; II-Problemas e estudiosos contemporâneos; III-Outros autores de destaque; IV-Contribuições em torno de problemas específicos; V-Bibliografia.

Os seminários, principal atividade desenvolvida pelo Núcleo de Estudos tiveram por objetivo o estudo conjunto de determinada obra. Dispondo da informação relativa ao método empregado no estudo da filosofia brasileira (centrado nos problemas teóricos enfrentados pelos autores), bem como da indicação das obras mais destacadas que os espelham, é fácil efetivar uma seleção de tais textos. A título de sugestão, poder-se-ia iniciar com duas obras capazes, desde logo, de comprovar a fecundidade dessa meditação.: os *Estudos de Filosofia*, de Tobias Barreto (acessível no site do CDPB; a par disto, em 2013, o governo de Sergipe promoveu uma nova edição) e *Experiência e Cultura*, de Miguel Reale, de fácil aquisição notadamente da 2ª edição (reproduz a primeira, sem alterações).

No modelo implantado por Ricardo Vélez, a obra escolhida é subdividida para estudo em determinado número de sessões, tomando por base os capítulos ou temas que seriam centrais. Sua discussão dá-se a partir de uma apresentação do relator, designado na oportunidade da aprovação do programa de sessões. Deve conter os temas que, a seu ver, deverão ser

obrigatoriamente debatidos. Naturalmente, cabe a todos os participantes proceder ao estudo respectivo de forma independente para que possam ter participação ativa no debate.

Outro aspecto digno de ser destacado diz respeito a que a escolha da obra seja sempre consensual.

NOTA

(1) O conjunto da obra de Leonidas Hegenberg foi estudado por José Maurício de Carvalho, texto este que pode ser acessado no site do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, a saber:

www.cdpb.org.br/ESTUDOSDESTACADOS/LOGICAEFILOSOFIADACIENCIA).